

**SOBRE SILÊNCIOS E RETICÊNCIAS:
O QUE CITAR QUER DIZER**

PERICLES TREVISAN

**“Ofereço-me como um exemplo teratológico --
– sem dúvida único – de um filósofo que per-
deu seu mundo.”**

BACHELARD, *Univers et Réalité*.

**“Doravante não será mais a voz de outrora
aquela que, para todos, proclamará a verdade.”**

J. T. DESANTI, *La Philosophie Silencieuse*.

SOBRE SILÊNCIOS E RETICÊNCIAS:

O QUE CITAR QUER DIZER.

PERICLES TREVISAN

I

Não seria justo dizer, como recentemente o fez Watkins a respeito do positivismo lógico¹, que o estruturalismo, enfim, foi derrotado. De um modo mais adequado, poderia ser dito que se assiste, hoje, a um refluir que muitos confundem com uma calmaria. Passada a fase mais agitada, a razão polêmica cede à arquitetura, enquanto os críticos se calam, na ausência súbita do objeto de eleição de suas loas e de seus reproches: a dimensão polêmica do embater das ondas estruturalistas, único suporte de sua frágil e aparente unidade. Mas, se esse oceano não oferece mais condições para o deslizar cortante das pranchas dos críticos mais avançados, o seu refluir mesmo incita outros, mais comedidos e acadêmicos, oferecendo-lhes insuspeitados “tesouros de praia”, que em sua maré vazante deixa à mostra no terreno cultural que revolvera. Mas um achado de praia, prêmio de consolação daqueles que, no máximo, arriscam molhar os pés, quer se o tome em sentido real ou figurado, é sempre exatamente isso: um escolho, um fragmento que faz as vezes de uma obra, e como tal só pode satisfazer como exemplar de uma coleção essa sim, sendo tão mais gratificante quanto mais extensa for. Por isso, o fragmento é sempre visto como um monumento, nunca como um índice que incite a uma busca, por demais perigosa e arriscada por envolver um mergulho, talvez sem volta, em águas profundas e sempre revoltas. Condenado por sua prudência a um terreno de limites estreitos e sob permanente ameaça de invasão, aí o catador se torna minu

(1) WATKINS, J. W. N. *Metaphysics and the Advancement of Science* - in *The British Journal for the Philosophy of Science*, 26, 2, 1975, p. 91.

cioso e implacável. No pouco tempo de que dispõe, entre as tempestades polêmicas, nada que exista em seu terreno escapa à curiosidade de seu olhar percuciente: tudo que alí aflora está destinado, fatalmente, a tornar-se um exemplar de sua coleção. A seguir, e após um prévio trabalho de acondicionamento, quando as arestas mais cortantes foram aparadas, porções desconcertantes e um tanto sem sentido eliminadas, e a areia sem dúvida residual devidamente espanada, a coleção e seus exemplares podem ser expostos ao olhar e à curiosidade de todos. Então o catador, subitamente transmutado em um historiador ou arqueologista, poderá enfim descançar de suas tímidas e úmidas incursões. Sua vida e seu trabalho terão adquirido sentido e valor. Recuperou nomes e obras, possibilitando-lhes, graças a suas costas curvadas e seus olhos cansados, a eternidade, ainda que esta mais não seja que a permanência duvidosa proporcionada pelas citações fragmentárias em prefácios e introduções, de preferência metodológicos.

O processo a que, de um modo caricatural, se aludiu, parece constituir a única via para a difusão de teorias que um modismo cultural qualquer elege como suas "ilustres precursoras", ou que o resolver-se por vezes inesperado de uma situação polêmica arranca, por tabela, de sua situação marginal e transforma, por sua vez, em uma nova moda. Exemplo dessa segunda alternativa parece ser a obra de T. S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, publicada em 1962. Afora algumas análises, que se restringiram exclusivamente aos círculos acadêmicos norte-americanos, a obra não causou nenhum impacto e mal foi notada em países de língua não inglesa. A reação ao positivismo lógico que nestes últimos anos se acentuou e desenvolveu nos países de língua inglesa, teve como uma de suas consequências uma espécie de redescoberta do tema da historicidade do conhecimento científico, acompanhada de uma recolocação da questão entre "ciência" e "metafísica". Neste processo, as teorias de Kuhn desempenharam um papel decisivo, seja por aquilo a que, intrinsecamente, se opunham, seja pelo seu uso polêmico. Isto permitiu a sua difusão em outros meios culturais, a qual, sem dúvida, em muito foi facilitada pela natureza dos "temas" que abordam, muito mais familiares aí, que as "abstrusas" matérias de eleição e insistência do positivismo lógico.

Que o "culto" a Kuhn é um modismo, fica claro se for analisada a forma de apropriação de suas teorias. De um lado, o que se vê é a aplicação do conceito de paradigma, não exatamente como um conceito², mas enquanto um esquema interpretativo³; de outro, nota-se que Kuhn, mesmo nos países europeus, é visto como um inovador *por abordar o tema da historicidade do conhecimento científico*, exatamente o que de Kuhn, deveria soar o mais familiar possível aos ouvidos europeus e àqueles educados segundo seu padrão⁴.

- (2) Ou seja, não se o toma no sentido de o trabalhar (na acepção de Canguilhem), o que significa que, nele, o que menos interessa é sua potência de deformação, na acepção bachelardiana.
- (3) Como simples exemplo, cf. POPP, J. A. — *Paradigms in Educational Inquiry* - in *Educational Theory*, 25, 1, 1975, pp. 28/39.
- (4) Como simples exemplo, cf. LEGRAND, M. — *Hypothèses por une Histoire de la Psychanalyse* in *Dialectica*, 29, 2/3, 1975, pp. 189/207.

Outros nomes e outras obras renascem de modo diverso, como é o caso de Bachelard, promovido à ordem do dia por diferentes variedades e facções disso que se denomina o estruturalismo. Trazem-no à memória volúvel do dia, determinadas referências e citações que aparecem no corpo de uma obra que desfruta da notoriedade passageira das polêmicas que se esgotam em si mesmas. A referência remete a uma obra, as citações e o meio teórico em que se encaixam fornecem as "chaves", o roteiro e o método para a decifração da obra. Tudo, então, está pronto para uma leitura, sintomática de preferência. Isso significa que os conceitos serão reinterpretados e "traduzidos", que as arestas serão aparadas e a obra refeita, segundo linhas que melhor permitirão separar o núcleo realmente valioso da ganga bruta em que se envolve. Então o produto estará preparado para o mercado: manufatura perfeita, cujo consumo é facilitado ao máximo, pois se destina, sobretudo, a satisfação visual e ao suave uso sob a forma de citações (de resto já prontas, selecionadas e organizadas por assunto).

Este trabalho constitui uma tentativa de opor, a uma obra assim reconstituída, pelo menos, o recenseamento, o mais completo possível, dos temas que originalmente aborda e pela arquitetônica de um de seus conceitos o mais fundamental. Por isso, talvez seja por demais carregado o seu tom expositivo e ele conduza, menos a obra que ao seu limiar. Mas, se a partir daí, um passo a mais conduzir a própria obra e não a sua imagem interpretada, cremos que ele estará justificado.

II

Em uma análise da obra bachelardiana, o primeiro problema a ser enfrentado refere-se ao tipo de exposição que se adotará para apresentá-la. De sua imensa produção teórica, pode-se dizer o mesmo que ele próprio disse do trabalho de J. Cavailles: "não é uma obra que se possa resumir"⁵.

Além disso, aqui só será abordada sua teoria de ciência. Uma análise parcial portanto, na medida em que aborda apenas um dos temas da obra de Bachelard, cujo pensamento se desenvolveu segundo duas direções: a *epistemologia das ciências contemporâneas* e a *imaginação poética*. A oposição de interesses que isso poderia marcar é no entanto, na perspectiva bachelardiana, apenas aparente: a preocupação com o imaginário toma sua origem na própria obra cujo objeto é a atividade racionalista. Para Bachelard, jamais se acede definitivamente ao racional, nunca se é, definitiva e totalmente racionalista: a verdade não pre-existindo ao homem, é o homem que *produz*, penosamente, o *verdadeiro*, "o conhecimento racional, mais que qualquer outro, se conquista; acede-se com dificuldade à racionalidade"⁶. Essa "obra humana", além disso, é sempre provisória,

(5) BACHELARD, G. *L'Engagement Rationaliste* - (org. de G. Canguilhem), J. Vrin, 1972, p. 179.

(6) DAGOGNET, F. *Gaston Bachelard, Philosophe de L'Imagination* - in *Revue Internationale de Philosophie*, nº 51, 1960.

e por duas razões: primeiro, porque o conhecimento ante-científico tende sempre a retornar, a fazer valer sua força; em segundo, porque o progresso da racionalidade é constante, é o seu traço mais característico. Da incompreensão disto vem um dos perigos que a ameaça: ver essa obra como definitiva, encarar a “razão como uma tradição”, imobilizando a ciência em um de seus estágios, dogmatizando-a, entrando seu desenvolvimento: enfim, constituindo um momento do desenvolvimento da ciência em *obstáculo* ao progresso da ciência. A reflexão sobre a ciência deve pois – diríamos até mesmo sobretudo – voltar-se para o que tende a retardar seu progresso. Com efeito, e como o veremos mais demoradamente depois, o imaginário tende sempre a retornar; o que o conhecimento objetivo desvendou como erro (demonstrou ser errôneo), reage sobre esse conhecimento, ameaçando o domínio do racional e isto mesmo nas mentes melhor racionalmente formadas: “É certo que o homem noturno... deixa sequelas ou heranças no curso do dia”⁷. Desse modo, a análise da ciência deve ser complementada por uma crítica, via psicanálise, do imaginário. Sem dúvida, essa exposição sumária, dadas as finalidades desse trabalho, aborda apenas um aspecto da relação apontada acima. Para maior detalhe, remetemos a análise de Dagognet, atrás referida, a seu livro sobre Bachelard bem como à análise de Gagey⁸.

Um outro problema, representa-o o fato de que toda obra bachelardiana consiste em uma constante retomada de problemas, em uma nunca detida retificação de suas teorias, trabalho esse a que o obrigava o caráter dinâmico do “fenômeno” que abordava, as ciências físicas contemporâneas. Nada lhe causava mais espanto que a constatação de que – como o disse certa vez, visando Meyerson sem lhe dizer o nome – um filósofo defende, aos sessenta anos, uma tese que já defendia aos trinta. Assim, comentar alguns textos, por poucos que sejam, significa o mesmo que analisar toda sua obra, o que sem dúvida escapa aos limites de um trabalho de reduzida amplitude.

Se isso não possível – embora o fosse desejável – resta-nos apenas seguir um caminho, que se aparenta – perigosamente – àquele tão reprovado por Bachelard à filosofia: expor o *resultado* de suas investigações e de suas reflexões, distanciando-nos em certa medida do *movimento* de constituição desses resultados, não dando conta, no detalhe, do *trabalho* de construção de sua teoria. Da mesma forma que a reflexão filosófica, trabalhando sobre *resumos*, perde de vista seu ‘objeto’ (a ciência), ou para sermos mais precisos, nem sequer chega a tocá-lo, corremos algum risco de deturpar o pensamento de Bachelard, expondo seus pontos terminais, e apenas os mais importantes, sem abordar, no detalhe, a análise dos exemplos precisos, delimitados, que são a única base sobre a qual se pode estruturar uma *epistemologia completa*. Cremos poder, até certo ponto, eliminar esse risco deixando bem claro, desde já, que esses resultados são *conclusões*, pontos terminais de um processo que sempre procuraremos ter em vista.

(7) BACHELARD, G. – *De la Nature du Rationalisme* - in Bulletin de la Société Française de Philosophie, 44, 2, 1950, p. 47.

(8) DAGOGNET, F. – *Gaston Bachelard, sa vie, sa oeuvre, avec un exposé de sa philosophie*, Coll. Philosophes PUF., 1965; Gagey, G. *Bachelard ou la Conversion à l'Imaginaire*, M. Rivière et Cie, 1969

1.

Supor que, subjacente a toda e qualquer produção teórica, implícita em todo escrito que verse sobre qualquer matéria, existe e pode ser demonstrada — uma visão do mundo, uma tomada de posição em relação ao mundo e aos problemas do mundo, enfim (e sem polemizar sobre terminologias) uma Filosofia é um procedimento muito comum. Procedimento que universaliza e absolutiza o domínio e a presença da filosofia, constituindo, nos momentos de crise aguda quando os ataques à *philosophia perennis* se amiam, a arma de defesa por excelência, pois que serve também ao ataque, é, pensam os filósofos, demonstrar que a negação da filosofia é uma tomada de posição que implica, ela mesma, uma filosofia; portanto implica, afirmando, aquilo mesmo que pretendia negar. Poder-se-ia dizer que é dessa “crença” que parte Bachelard, ao retomar um dito de W. James: “repete-se com frequência que todo homem cultivado segue fatalmente uma metafísica”⁹ Parte dela, colocando como seu problema fundamental trazer a um nível consciente esse “pano de fundo” filosófico que serve como quadro de interpretação do sentido da atividade científica, e submetê-lo à crítica¹⁰. E essa crítica é conduzida em duas frentes: contra a filosofia tradicional, monodroma, sistemática, demonstrando de um lado que todo saber que se vangloria de seu acabamento não é capaz de compreender um conhecimento essencialmente ‘aberto’; de outro, que nenhuma filosofia é, por si só, capaz de dar conta da especificidade do conhecimento científico, pois — procedimento inusitado para um autor que utiliza a saciedade a expressão “filosofia científica” — subjacente a esse conhecimento existem sempre duas metafísicas. Em outra frente, contra a pretensão “cientificista” que acredita que o sentido da ciência é obtido por acréscimo, ao final da atividade científica, que ele sai do próprio conjunto dos resultados obtidos. A Bachelard cabe pois uma dupla tarefa: a crítica do uso que se fez da filosofia na ciência e do uso que a filosofia fez da ciência.

Em primeiro lugar, é necessário deixar claro que a filosofia ou as filosofias — são necessárias para a análise da ciência, mesmo quando parece, a primeira vista, que se faz apenas uma psicanálise do conhecimento, pois ‘toda psicologia é solidária de postulados metafísicos’¹¹. É um prejuízo muito difundido — entre os próprios cientistas — que é possível aceitar as ‘lições’ da experiência no trabalho efetivo da ciência, e que só depois é chegado o momento da filosofia fazer o balanço dos resultados gerais e a coletânea dos fatos importantes. Aqui, esquece-se que “o espírito pode mudar de metafísica, não pode prescindir de metafísica”¹².

(9) *Le Nouvel Esprit Scientifique*, PUF, 11ª ed., 1971, p. 5.

(10) Na introdução a *Le Nouvel Esprit Scientifique* encontra-se um admirável exemplo de uma leitura crítica da filosofia.

(11) BACHELARD *La Philosophie du Non* - PUF, 1940, p. 13.

(12) Idem, *Ibidem*.

Se essa questão não preocupou Bachelard¹³, a relacionada com a interpretação filosófica da ciência dominou o pensamento bachelardiano, constituindo-se em tema que retomou incessantemente em todos os seus livros. Se a filosofia quer, realmente, constituir uma filosofia da ciência, é necessário que faça da ciência seu "objeto". Mais que um truismo, essa afirmação pode ser encarada como uma denúncia, e o ponto de partida de uma polêmica, polêmica que Bachelard manteve durante toda sua vida¹⁴. A Filosofia não pode encarar a ciência, ou mais exatamente — para não cedermos ao vocabulário filosófico —, as ciências como um pretexto para suas reflexões, nem respigar, no corpo dos conhecimentos científicos, exemplos genéricos para ilustrar teses desenvolvidas na solidão de um pensamento que supõe bastar-se a si próprio¹⁵. A ciência, tal como a reflexão filosófica a encara e analisa, ou seja, como um "objeto" para sempre pronto e oferecido à análise, rigorosamente não existe. Para que a reflexão filosófica aborde algo mais que uma ficção que ela própria constitui, é necessário que, como a ciência (as ciências), ela seja um trabalho¹⁶.

E esse trabalho consiste no acompanhamento do processo de constituição da ciência (produção dos conhecimentos científicos), e do progresso científico. Quanto ao processo, vale dizer que a ciência, para ser tomada como objeto e não pretexto, deve ser abordada na sua tarefa de produção de conhecimentos; deve-se abordá-la pois no detalhe de seus procedimentos, acompanhar seu esforço de constituição de conhecimentos verdadeiros, conhecimentos sempre provisórios, que serão ultrapassados pelo desenvolvimento subsequente da ciência. Abordar a ciência constituída, constituída e já cristalizada nos livros e manuais, é

- (13) Não, tematicamente; toda obra epistemológica de Bachelard representa em ato a afirmação da necessidade de uma análise filosófica das ciências, pois se é verdade que a "ciência cria filosofia", não é menos verdade que a atividade científica não segrega, por si só, o seu sentido. Não é preciso dizer que a afirmação da necessidade de uma "análise filosófica" das ciências, em Bachelard, é feita em um sentido muito preciso, que procuraremos adiante precisar.
- (14) "Essas ciências (as ciências físicas contemporâneas) foram, para Bachelard, o fenômeno e sentimos em seus últimos livros um acento quase melancólico, por vezes mesmo ligeiramente agressivo, quando lamenta que os filósofos não o seguem no desenvolvimento desse fenômeno" Hyppolite, *L'Épistémologie de G. Bachelard*, in *Révue d'Histoire des Sciences*, jan., 1964, p. 2.
- (15) "A ciência oferece-se (ao filósofo) como uma coletânea particularmente rica de conhecimentos bem feitos"... "o filósofo, requer simplesmente à ciência exemplos para provar a atividade harmoniosa das funções espirituais"... "os exemplos científicos são sempre evocados, nunca desenvolvidos". Bachelard, *La Philosophie du Non*, loc. cit., p. 3. Isso implica que a reflexão filosófica sobre a ciência se configure como "polêmicas externas". Rigorosamente as razões disso são duas. "A primeira é que se mantém na elementaridade, acreditando poder tudo julgar com as lembranças de escola. A segunda razão é, outro extremo, que se acredita poder julgar da atividade do pensamento científico examinando apenas seus resultados, suas aplicações materiais." (Bachelard, *L'Engagement Rationaliste*, p. 90).
- (16) "Se a ciência é um trabalho, a filosofia não pode mais ser um lazer". Canguilhem, *G. Bachelard et les Philosophes*, in *Science*, março-abril, 1963, nº 24, p. 24 (reproduzido em *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*, J. Vrin, 1970, Paris).

perder a dimensão mais dinâmica da atividade científica atual. Se os cientistas de hoje vivem a condição de “estudantes permanentes”¹⁷, a ciência depositada em manuais é uma ciência já morta, porque ultrapassada: desviar-se da atividade cotidiana da ciência é curvar-se sobre “a ciência passada, isto é, sobre a ciência atrasada exatamente uma geração... É sobre essa ciência da geração antecedente que se exerce mais frequentemente o pensamento filosófico”¹⁸.

Passamos, assim, do processo ao progresso científico¹⁹, o único indiscutível, pois se é possível polemizar sobre o progresso moral, o progresso social, etc., não pode existir a mínima dúvida razoável que o desenvolvimento do pensamento científico configura um progresso; e o sentido desse progresso é, tão somente, a acessão a uma racionalidade cada vez maior: as críticas ao progresso das ciências são polémicas que se fundam “em juízos sobre certas aplicações da ciência. Não se tem trabalho em mostrar que a ciência coloca nas mãos dos homens instrumentos de uma tal potência que tornam cada vez mais dramático o destino da humanidade. E sem fim, repete-se a história, a mesma história, a imagem única do aprendiz de feiticeiro. A imaginação polémica é a mais pobre de todas as imaginações. Quem não vê que se deve julgar filosoficamente da vontade do mal por seu princípio e não por seus meios”²⁰ O progresso científico é marcado pela descontinuidade. Na história há muitas “ciências mortas”²¹, e a “morte” de cada ciência marca a emergência de uma nova ciência, cujas características são completamente diferentes das da anterior. Marca uma revolução científica que obriga o cientista a reconstruir sua razão²², e deixar de ser um mestre para tornar-se de novo um estudante, o que, em seus efeitos mais recentes, obriga a pensar contra o cérebro: “Doravante, o cérebro não é mais, em absoluto, o instrumento adequado do pensamento científico... É preciso pensar contra o cérebro”²³. Como o

(17) Cf. **Le Rationalisme Appliqué**, PUF, 3ª ed., 1966, p. 23. E em outra passagem: “...o racionalista está na escola, quer estar na escola, está sempre na escola. Quando há mestres que não estão mais na escola, então não trabalham, então deixaram, precisamente, a atividade da comunidade científica; dela são ilustrações, não necessariamente operários.” **De La Nature du Rationalisme**, in *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, 1950, 44, nº 2, p. 53.

(18) BACHELARD – **Le Rationalisme Appliqué**, loc. cit., p. 23.

(19) A teoria do progresso da ciência decorre, como o observa Piaget da concepção básica de Bachelard sobre o conhecimento científico (vide **Essai sur le Connaissance Approché**, J. Vrin, 1928, especialmente cap. XV a XVIII), ou seja da idéia do inacabamento fundamental do conhecimento que, a cada transformação – passagem de um menor conhecimento a um conhecimento superior – se torna apenas mais aproximado. Cf. Piaget, **Introduction à L’Épistemologie Génétique**, PUF, 1950, t. II, p. 331.

(20) BACHELARD – **L’Engagement Rationaliste** - loc. cit., p. 92.

(21) BACHELARD – **Le Rationalisme Appliqué** - loc. cit., p. 102.

(22) “O físico foi obrigado três ou quatro vezes nesses vinte anos a reconstruir sua razão e intelectualmente falando, refazer sua vida.” Bachelard, **Le Nouvel Esprit Scientifique** loc. cit., p. 175.

(23) BACHELARD **La Formation de l’Esprit Scientifique** - J. Vrin, 3ª ed., 1955, p. 251

disse em outra passagem uma cabeça bem feita é uma cabeça fechada, um produto de escola²⁴. Isto significa que no momento das grandes mutações, a razão constituída reage contra o questionamento de suas “regras” fundamentais, de seus “princípios” basilares, transformando-se de instrumento do conhecimento em obstáculo ao progresso do conhecimento. Por isso, “uma psicanálise do conhecimento objetivo e racional não poderia ser nunca definitiva: não se vence definitivamente o psicologismo... quando se tratar de por em questão regras tidas como fundamentais... dever-se-á reconhecer o psicologismo tenaz das idéias claras. A razão trabalhará contra si mesma”²⁵. É um esforço similar que Bachelard reclama do filósofo: o esforço de acompanhar o desenvolvimento científico e flexibilizar seu espírito²⁶, rever seus conceitos e noções, estender seus sistemas, ultrapassando – ou abandonando – posições fixadas a priori, realizando assim a própria essência da reflexão: compreender o que não tinha compreendido²⁷. Assim vê-se que as ciências – as ciências vivas, pois não há outras – reclamam uma filosofia aberta, uma filosofia que não se vanglorie de seu fechamento²⁸. É uma filosofia aberta à retificação de suas posições, à dialetização de seus conceitos, ao estilçamento de seus sistemas, só pode ser, acima e além dos “sistemas” e das “posições” filosóficas “monodromos”, um polifilosofismo, a dominante racionalista, o que impede, de imediato, qualquer acusação de ecletismo. Como afirma Bachelard, esse polifilosofismo é imprescindível para a compreensão das noções e conceitos científicos, pois neles encontramos vários planos de pensamento²⁹, e não apenas uma filosofia, como o bem demonstrou para as noções de massa e energia³⁰, de reta e de axioma³¹. Desse modo, é necessário uma filosofia dispersa para que uma teoria das ciências seja possível. Mas o mostrou claramente, os diversos planos filosóficos implicados em cada noção e conceito científicos não se dispõem ao acaso, possuem uma ordem, e essa ordem é genética. Dessa ordem, surge a coesão dessa filosofia dispersa: ela tem a coesão ‘de sua dialética... de seu progresso’³². O progresso, aqui, e podemos

(24) Idem, p. 15.

(25) BACHELARD – *Le Rationalisme Appliqué* - loc. cit., p. 15.

(26) O filósofo deve entender que “o espírito tem uma estrutura variável desde o instante em que o conhecimento tem uma história.” Bachelard, *Le Nouvel Esprit Scientifique* loc. cit., p. 173. E ainda “o espírito deve dobrar-se às condições do saber. Deve criar em si uma estrutura correspondente à estrutura do saber. Deve mobilizar se em torno das articulações que correspondem às dialéticas do saber”, *La Philosophie du Non*, loc. cit. p. 144.

(27) BACHELARD – *Le Nouvel Esprit Scientifique* - loc. cit., p. 174.

(28) BACHELARD – *La Philosophie du Non*, loc. cit., p. 5.

(29) “...a evolução filosófica de um conhecimento científico particular é um movimento que atravessa todas as doutrinas (filosóficas)...” Idem, p. 19.

(30) Idem, p. 19-51.

(31) Neste caso, valendo-se das investigações anteriores de F. Gonseth, Cf. *Le Rationalisme Appliqué*, op. cit., p. 16-17.

(32) BACHELARD – *La Philosophie du Non* - op. cit., p. 50.

ver isso a partir de agora – em ciência é o presente sempre que julga o passado³³. É um progresso orientado, voltado para a realização de um racionalismo crescente: racionalismo clássico, racionalismo completo, racionalismo discursivo. É a dominação do racionalismo que, como já foi apontado, elimina qualquer traço de ecletismo: em um pensamento no qual todo pensamento esteja presente, conforme a fórmula brilhante de Bachelard³⁴, um pensamento domina e orienta essa composição, essa “soma” filosófica: racionalismo, verdadeiro método de generalização próprio da maturidade científica, dos estágios atuais da ciência³⁵. Desse modo, o filósofo não pode permanecer em posições ultrapassadas (do ponto de vista do progresso da ciência), para compreender a ciência. Como o disse em uma formulação sintética e problemática: a ciência cria filosofia³⁶, interpretando essa afirmação no sentido de que a ciência obriga ao desenvolvimento filosófico tornando

-
- (33) “o historiador das ciências, para bem julgar o passado, deve conhecer o presente, deve aprender o melhor possível a ciência da qual se propõe escrever a história. E nisso que a história das ciências, quer se o queira ou não, tem uma forte ligação com a atualidade da ciência. Na mesma proporção em que o historiador das ciências instruir-se na modernidade da ciência, estabelecerá nuances cada vez mais numerosas, cada vez mais sutis, na historicidade da ciência. A consciência de modernidade e a consciência de historicidade são, aqui, rigorosamente proporcionais. A partir das verdades que a ciência atual tornou mais claras e melhor coordenadas, o passado de verdade aparece mais claramente progressivo enquanto passado mesmo...” Bachelard, *L'Actualité de l'Histoire des Sciences* in *L'Engagement Rationaliste*, loc. cit., p. 142.
- (34) *Le Rationalisme Appliqué*, loc. cit., p. 19.
- (35) Não há que entender “racionalismo” em seu sentido clássico: o racionalismo a que se refere Bachelard é um racionalismo aberto, o que quer dizer um racionalismo aplicado, o qual, aplicando-se, compromete-se a revisar seus princípios se a isso obrigar a experiência; sobretudo, “o racionalismo não pode... ser reduzido ao psicacismo dos princípios lógicos ao qual o pretendiam condenar seus adversários”. Bachelard, *idem*, p. 45.
- (36) É preciso entender, em sua justa medida, essa afirmação. A atenção dada por Bachelard à ciência física contemporânea e a seu impacto sobre o pensamento filosófico, nunca o levou a estender (abusivamente) os seus limites de validade. Se é máximo o “sucesso” dessas ciências, nem por isso os métodos que utiliza, abstraídos de suas condições de aplicação, são postulados os métodos próprios para o progresso de todas as ciências, nem sua linguagem considerada a de todas as demais. A filosofia deve “salvar-se do historicismo e chegar por meio da análise lógica e conclusões tão precisas, tão sutis e tão seguras como os resultados da ciência de nosso tempo”. (Reichenbach, *La Filosofia Científica*, trad. cast., p. 333-334): nada seria mais estranho à teoria bachelardiana que esta afirmação (e tudo o que implica). Pois bem: a reflexão sobre os “produtos” do pensamento científico que os tome, genericamente, como resultados só pode levar – porque disso decorre – a incompreensões, a discursos vazios sobre a ciência. Em bora se trate de um problema que Bachelard não abordou tematicamente, é possível afirmar, aproveitando-nos das linhas gerais de seu pensamento, que uma tal posição leva, também, ao estabelecimento de tipos de ciência (a única pluralidade que o discurso filosófico admite em relação à ciência), e à instauração de um tema por excelência desse discurso: a análise das possíveis relações entre “ciências naturais” e “ciências sociais”. Relação essa (tal como a relação “ciências empíricas”, “ciências formais”), cuja única razão de ser é a atribuição (ideológica), de uma especificidade prévia (que decorre da natureza particular do objeto ou do método empregado), ao conhecimento (científico), produzido por essas práticas.

parciais o realismo, o empirismo, o formalismo, parciais na medida em que esclarecem apenas um aspecto, uma face do conceito científico. É preciso que o filósofo se instale no próprio movimento de dialetização dos conceitos científicos, pois seria errôneo, também, pedir que se instalasse, de imediato, em um racionalismo absoluto, pois, como o realismo ingênuo, o racionalismo, sozinho, não convém às ciências, pois nem todas as ciências estão no mesmo nível de desenvolvimento³⁷, como também os conceitos científicos. Se, em relação ao realismo, é preciso hierarquizar a experiência, em relação ao racionalismo é preciso dar um justo valor aos a posteriori, ou para ser breve, é necessário abrir o racionalismo, colocar o eu racional como consciência de retificação³⁸, pois que o racionalismo coloca ao mesmo tempo a necessidade de reformas sucessivas dos quadros racionais e a “segmentação em racionalismos regionais”³⁹. E quanto isto for realizado, quando, segundo a formulação de Hyppolite⁴⁰, se dispuser desse saber do saber científico, desse discurso que é o sentido do sentido da ciência, ter-se-á realizado o projeto de Bachelard, pois se poderá dizer o contrário daquilo que sempre lamentou: “...a ciência não tem a filosofia que merece”⁴¹. Ou seja, uma filosofia que se organizasse, que estruturasse seus quadros conceituais em função da especificidade radical do conhecimento científico.

A discussão dessa especificidade constitui um dos temas principais de Bachelard. Em constante polêmica com os continuistas que admitem, fixando-se preferencialmente nos estágios iniciais da ciência, que “dado que os começos são lentos, os progressos são contínuos”⁴², nunca deixou de insistir que o conhecimento científico se constitui em ruptura com o conhecimento anterior. Essa noção de ruptura epistemológica não atua apenas em relação ao conhecimento comum; pelo contrário existem, cada vez mais amiúde, a medida que a ciência se dinamiza (e se dinamiza a medida que se torna cada vez mais racional), rupturas no interior do pensamento científico, de modo que a ciência de nossos dias é marcada pela descontinuidade.

Insistamos nessa noção de ruptura. Para Bachelard, a ciência não emerge, como vimos, do saber comum: não é sistematização desse saber, não é o produto de um seu desenvolvimento. Sem dúvida, a ciência sai lentamente do corpo de

(37) “...hoje não se pode ser racionalista de um só golpe: é preciso trabalhar. A filosofia racionalista é essencialmente uma filosofia que trabalha, uma filosofia no trabalho... o racionalismo é necessariamente aberto”, idem, p. 51.

(38) BACHELARD -- *Le Rationalisme Appliqué* - loc. cit., p. 51.

(39) BACHELARD -- *De La Nature du Rationalisme* - loc. cit., p. 56 - ver também p. 51, Cf., ainda, *Le Rationalisme Appliqué*, loc. cit., cap. VII.

(40) *L'Épistémologie de G. Bachelard* - loc. cit.

(41) BACHELARD -- *Le Matérialisme Rationnel* - PUF, 2ª ed., 1963, p. 20.

(42) BACHELARD, idem, p. 210.

conhecimentos comuns, mas é preciso entender o sentido dessa emergência. O conhecimento racional, para Bachelard, na verdade sempre recomeça⁴³: seu princípio, não é uma origem absoluta, mas já uma primeira reorganização, que configura uma ruptura. Vemos, pois, que se a ciência se instaura, via um corte epistemológico, em relação a um conhecimento anterior (que o próprio corte e o possível desenvolvimento subsequente dessa ciência revela como ideológico), e portanto dele radicalmente se distingue, ela não é, em seu princípio "indiferente" a essa formação ideológica anterior, o que elimina, por completo, qualquer concepção voluntarista sobre a constituição de uma ciência.

A ciência, desse modo, é sempre uma novidade radical. Assim, o problema das origens é deslocado: na história da ciência o passado nunca serve para esclarecer o futuro, pois, rigorosamente, não o contém em germe, como acreditam os continuistas; ela é uma história recorrente; nela, é o presente que esclarece o passado⁴⁴, que o julga do ponto de vista da razão evoluída, como já o apontamos anteriormente. Portanto, não poderemos, através de uma análise da ciência de hoje prever a de amanhã; mas, por exemplo, a ciência einsteiniana nos permite a compreensão de nosso passado científico⁴⁵.

Que não se veja nisso, como o aponta o próprio Bachelard, a afirmação de uma contingência das descobertas científicas. Com efeito, as reorganizações do saber, as "sínteses globais" são solidárias, dialeticamente, da problemática do tempo. Somente aqueles que estão apartados do esforço científico atual é que podem pensar as descobertas científicas como contingentes, e se surpreenderem com elas. Na verdade, o cientista nunca se surpreende apenas: "se surpreende compreendendo"⁴⁶.

E, com a questão da origem, desaparece também o duplo problema dos precursores e das influências. Em primeiro lugar, como apontou Canguilhem na introdução a seus *Études d'Histoire et de Philosophie des Sciences*, "se houvesse pre

(43) "...se devemos definir o racionalismo, será preciso defini-lo como um pensamento claramente recomeçado, cada dia recomeçado", "organiza-se racionalmente apenas o que se reorganiza". *De La Nature du Rationalisme*, loc. cit., p. 49.

(44) "A química, em seu esforço moderno, se revela com efeito como uma ciência que foi primitivamente mal fundada. A consciência clara de um estado presente lhe permite descobrir a extraordinária vanidade de sua distante história". Bachelard, *Le Matérialisme Rationnel*, loc. cit., p. 6.

(45) "Talvez..., se desejaria me obrigar a dizer, eu que falo agora de uma filosofia do 're': 'Mas, já que se recomeça, é preciso talvez que nos seja dito como começamos, como o pensamento começa?' Muito bem., não responderia, porque precisamente essas idéias de origem, essas organizações de origem, no domínio científico em que me coloco, são julgadas pelo progresso dos pensamentos racionalistas, pelo progresso do pensamento científico; e em consequência, não é preciso senão um piparote para enviar ao passado o que na verdade do ponto de vista científico é completamente findo". Bachelard, *De La Nature du Rationalisme*, loc. cit., p.50.

(46) BACHELARD - *Le Matérialisme Rationnel* - loc. cit., p. 7.

cursores a história das ciências perderia todo sentido, pois que a própria ciência seria histórica apenas em aparência” (p. 8). Em segundo lugar, só é possível invocar influências (como disse Bachelard, influências que atravessam continentes e séculos), quando se está isolado do processo de produção dos conhecimentos científicos que, nas ciências modernas, é penetrado profundamente pela crítica do adquirido e pela auto-crítica das próprias descobertas e constatações. O racionalismo em ação nas ciências de hoje pouco ou nada tem a ver com o racionalismo clássico, que por adição constituiria peça por peça o edifício do saber⁴⁷: é sobretudo um racionalismo ensaiado, móvel, consciente da imperfeição de seus métodos e do provisório de suas verdades ou – para dizer melhor – de seus conhecimentos verdadeiros⁴⁸, aberto aos resultados da experiência⁴⁹, experiência aliás que só ele – apenas suas teorias – permite realizar.

Eliminadas essas falsas questões de continuidade e das influências, é necessário esclarecer o significado próprio da ruptura. Para Bachelard não é a descoberta do radicalmente novo que instituiria a ruptura. Como o mostrou, esse tipo de descoberta nada tem a ver com a ciência contemporânea, que é o produto social de uma atividade social também. A descoberta do radicalmente novo é o valor mais celebrado e, porque valor, o “anseio” nunca realizado da ciência pre-empta, da ciência que se queria solitária: tal descoberta era o alvo dos “incompreendidos”, e como o ressaltou Bachelard, é distintivo da ciência moderna o fato de o número de incompreendidos ser mínimo ou mesmo nulo.

-
- (47) “Tínhamos organizado um espírito científico em bases simples, em bases históricas, esquecendo que a história científica é, como toda história, a narração das infelicidades da razão, das lutas ilusórias contra ilusões. Para avançar foi preciso deixar as experiências adquiridas, ir contra as idéias reinantes. A partir dessa concepção de um desenvolvimento histórico contínuo, apresentava-se a cultura científica individual como essencialmente capitalizante: muito jovem, recebia-se quadros gerais e indestrutíveis, um patrimônio intelectual a enriquecer. O resto dos estudos era dedicado à preencher os quadros, a enriquecer coleções e herbários, a deduzir de tempos em tempos, teoremas anexos. O pluralismo experimental respeitava a unidade dos princípios da razão. A razão era uma tradição.” Bachelard, *Le Surrationalisme*, In *Inquisitions*, n. 1, 1936, reproduzido em *L'Engagement Rationaliste*, loc. cit. p. 10.
- (48) Assim sendo “retratar o espírito científico como um espírito canalizado no dogmatismo de uma verdade indiscutida, é fazer a psicologia de uma caricatura fora de moda” Bachelard, *Le Matérialisme Rationnel* loc. cit., p. 212. “No juízo da maior parte dos filósofos de nosso tempo, o racionalismo é uma filosofia pobre. Em particular, para dele fazer a crítica, considera-se amiúde o racionalismo como uma filosofia murada em cartezas elementares. O racionalista seria o filósofo do dois mais dois são quatro. É contra essa caricatura do racionalismo que se exerce, mais comumente, a crítica filosófica.” *L'Engagement Rationaliste*, p. 30.
- (49) “Os conceitos, os métodos, tudo é função do domínio da experiência; todo o pensamento científico deve mudar diante de uma experiência nova.” Bachelard, *Le Nouvel Esprit Scientifique*, loc. cit., p. 135.

A ruptura é o produto de uma reorganização racional do conhecimento, reorganização que tem sempre um componente de tentativa: “a reorganização, é talvez um remendo mal feito, é talvez uma espécie de apropriação mais refinada, mas é também um ensaio: o racionalismo é necessariamente aberto”⁵⁰. Assim, para usar as palavras de Dagognet⁵¹, a atividade fundamental do cientista ou mesmo do gênio não é a descoberta, mas a melhor sistematização. A atividade racionalista, atuante na ciência, busca sempre aberturas, problemas — pois sem uma problemática a “razão... não pode respirar”⁵² — sempre recomeça, pois deve sempre reorganizar. Quando se faz isso se é racionalista, modesta ou genialmente. Pode-se ser racionalista no ensino, pode-se sê-lo também como Einstein: investindo criticamente contra as pedras basilares, contra os fundamentos do conhecimento. E então se é gênio, exatamente porque “se reorganiza um imenso setor da construção nova”⁵³ através do questionamento de um só conceito.

Portanto, a reorganização é conservação do superado na síntese superadora⁵⁴. Não se veja aqui a presença de esquema dialéticos de caráter filosófico nem mesmo traços de sua influência. Na *Philosophie du Non*, Bachelard, procurou mostrar, claramente, o quanto seu racionalismo dialético diferia da dialética filosófica de um Hegel e de um Hamelin (cf. sobretudo p. 117). A dialética de Bachelard, para ressaltar apenas uma de suas características, é complementar: a tese e antítese não são contraditórias, e assim o racionalismo dialético é feito de sistemas racionais simplesmente justapostos. “A dialética serve-nos apenas para cercar uma organização racional por uma organização sobre-racional muito precisa”⁵⁵.

Mas, é necessário ainda entender que se a filosofia do “não” não é uma emanação de um espírito de contradição, não é uma “vontade de negação”, o racionalismo do “re”, ou o racionalismo dialético, não é também qualquer coisa de automático, nem de inspiração lógica. Para por em ação o racionalismo crítico, para abrir o racionalismo, é fundamental colocar-se em face da problemática científica

(50) BACHELARD - *De la Nature du Racionalisme* - loc. cit., p. 51

(51) Gaston Bachelard, *sa vie, sa oeuvre...*, loc. cit., p. 8.

(52) BACHELARD, op. cit., p. 50.

(53) BACHELARD, idem, p. 51

(54) “...todo o progresso do pensamento científico desde há um século provem de generalizações dialéticas com envolvimento do que se nega”, Bachelard, *La Philosophie du Non*, loc. cit., p. 137.

(55) Idem, *ibidem*.

do tempo⁵⁶. Paradoxalmente, penetra-se nessa problemática pela segmentação do racionalismo, ou seja, pela especialização. Como o mostrou muito bem em várias oportunidades, o racionalismo integral é um racionalismo vazio, vicioso, que nunca se arrisca pois repete sempre suas convicções primeiras. Indo radicalmente contra as opiniões filosóficas sobre a especialização, Bachelard mostrou que ela, na verdade, abre o espírito, pois a especialização reclama toda uma cultura geral. Especializando-se surgem os verdadeiros problemas, os problemas pequenos, de detalhe: “não há grandes problemas. Os grandes problemas começam pequenamente...”⁵⁷.

Ademais, a especialização é a própria condição da ciência contemporânea, a base do caráter social dessa ciência: os cientistas colaboram porque se compreendem⁵⁸, e se compreendem pois que se especializaram. E por isso a ciência contemporânea, que em todos os seus setores “ultrapassa a memória de um homem, a imaginação de um homem, o poder de compreensão de um homem”⁵⁹, é possível. Assim, se no domínio científico ainda se aspira a sínteses globais ou regionais, a especialização é a base dessa síntese. Desse modo, a validade das sínteses, bem como das próprias especializações e diversificações, é de caráter social; enfim, na atividade científica todo individualismo é um anacronismo: não se dar conta dessa especialização e conseqüente socialização do trabalho científico é “versar em uma utopia gnoseológica, a utopia do individualismo do saber”⁶⁰.

2.

Mas, se o conhecimento científico, se as ciências não possuem origem, têm um princípio, que é marcado por uma ruptura inaugural. Este corte – ao qual caberia reservar o nome de “ruptura”, aplicando o de “reorganização” aos cortes e

(56) Por isso que é preciso que o racionalismo dialético “seja cultura o que quer dizer que não é no segredo do gabinete, na meditação de possibilidades mais ou menos evanescentes de um espírito pessoal que ele se elabora. E preciso que o racionalista se ligue à ciência tal que ela é, é preciso que se instrua da evolução da ciência humana, e é preciso em conseqüência que aceite uma longa preparação para receber a problemática de seu tempo.” Bachelard, *De La Nature du Rationalisme*, loc. cit. p. 52. Por sua vez, ao contrário. “Se um filósofo fala do conhecimento, o quer direto, imediato, intuitivo... Se fala da experiência, as coisas vão tão depressa, trata-se de sua própria experiência, do desenvolvimento tranquilo de um temperamento”. *Le Problème Philosophique des Méthodes Scientifiques*, in *Actes du XV Congrès International de Philosophie des Sciences*, vol. I, Hermann, Paris, 1951, p. 35/36.

(57) BACHELARD – *De La Nature du Rationalisme* - loc. cit., p. 52.

(58) Leia-se o primeiro parágrafo de *Le Rationalisme Appliqué* “Enquanto que muito frequentemente, nas polêmicas filosóficas, o realista e o racionalista não chegam a falar da mesma coisa, tem-se a nítida e reconfortante impressão que no diálogo científico, os dois interlocutores falam do mesmo problema. Enquanto que... os filósofos (trocam) argumentos,... os experimentadores e teóricos (trocam) informações” - p. 1.

(59) BACHELARD – *Le Materialisme Rationnel* - loc. cit., p. 2

(60) Idem, ibidem.

rupturas intracientíficas – é apreendido teoricamente através do conceito de ‘ruptura epistemológica’. Para analisá-lo, torna-se necessário voltar à discussão de concepção bachelardiana de história das ciências, e isso por uma razão fundamental que abordaremos depois.

Em citações dispersas e passagens anteriores, fizemos referência a história das ciências tal como a concebe Bachelard, as quais devem ser agora ordenadas e completadas. Entretanto, há que notar que o caráter disperso dessas observações não se deve apenas às necessidades da ordem de exposição adotada. Não é possível abordar a teoria do conhecimento científico bachelardiana, tentar expor sua estrutura interna, sem uma necessária referência ao caráter histórico desse conhecimento (tal como o concebe Bachelard), da mesma forma que uma exposição da teoria da história das ciências segundo Bachelard não faz sentido sem uma constante referência a sua teoria do conhecimento científico. Dessa forma, não há muito sentido em se perguntar como a epistemologia bachelardiana torna possível uma história recorrente do conhecimento científico. Em Bachelard não existe relação deste tipo entre a epistemologia e a teoria da história das ciências: ambas se implicam e se fundam necessariamente⁶¹, de tal forma que não tem muita procedência a questão colocada por Fichant, em sua exposição da teoria bachelardiana de história das ciências: “O problema levantado é o de saber como uma epistemologia da ruptura, uma teoria do efeito de novidade da ciência contemporânea, uma filosofia da ciência em ato, pode pensar a sua relação com a história da ciência⁶².

A história das ciências, para Bachelard, em sua inestrincável relação com a teoria do conhecimento científico, deve ser uma história recorrente, uma história que “parte das certezas do presente e descobre, no passado, as formações progressivas da verdade”⁶³. Concebida dessa forma, essa história não pode ser uma história empírica, não pode se limitar à narração dos fatos tal como no-los transmite a memória cultural da humanidade. Esses fatos não interessam apenas enquanto fatos; é necessário julgá-los, e portanto valorizá-los, e fazê-lo a partir de um determinado ponto de referência: a atualidade da ciência cuja história se quer narrar⁶⁴.

(61) Por economia de citação, destacamos apenas esses dois textos: “Para compreender o sentido da mecânica ondulatória, para colocar o problema em toda sua amplitude e apreciar os valores de reorganização racional da experiência que estão implicados nessa nova doutrina, convém percorrer um longo preâmbulo histórico.” *L’Activité Rationaliste de la Physique Contemporaine* - loc. cit., p. 22. “...o historiador das ciências, para bem julgar o passado, deve conhecer o presente; deve aprender o melhor possível a ciência da qual se propõe escrever a história”, *L’Actualité de L’Histoire des Sciences*, loc. cit., p. 142.

(62) Pécheux et Fichant – *Sobre a História das Ciências* - trad. Editorial Estampa, Lisboa, 1971, p. 118.

(63) *L’Activité Rationaliste de La Physique Contemporaine* - PUF, 2ª ed., 1965, p. 26.

(64) “... não se pode apreciar os valores senão conhecendo os valores dominantes, os valores que, no pensamento científico, se ativam na modernidade.” *L’Actualité de L’Histoire des Sciences*, loc. cit., p. 144.

Assim, essa história julgada distancia-se da história comumente praticada por todos os historiadores, avessos, pelo menos ao nível de suas declarações, a todo juízo de valor, e aproxima-se mais da estória, da narração, porém provida de uma finalidade da razão.

Essa atividade crítica julga, condena e sanciona, donde a existência de duas histórias: uma a dos conhecimentos ultrapassados, dos pensamentos tornados ininteligíveis pela racionalidade presente, repositório das aberrações, dos erros, enfim de tudo aquilo que, para o pensamento científico, representou (e pode ainda representar), um obstáculo epistemológico. Outra, a história sancionada, a história dos conhecimentos sempre atuais, das noções que “são para sempre”⁶⁵, noções científicas, a história que representa como que um inventário dos “golpes de gênio”, expressão utilizada para nomear o que Bachelard chama também ‘atos epistemológicos’, ou seja, as transformações profundas operadas na problemática teórica de uma dada ciência, transformações essas que, embora constituam “sínteses históricas”, têm como consequência, como efeito, a produção de “ciências sem antepassados”, ciências sem análogos no passado⁶⁶. Dessa forma, a história das ciências, em sua duplicidade, que dá conta da dialética dos obstáculos epistemológicos e dos atos epistemológicos, desenvolve-se em um tempo próprio totalmente desvinculado da cronologia real. É um tempo constituído, ou melhor reconstituído, pela epistemologia, um tempo lógico que, segundo um ritmo próprio, conhece momentos de detenção e de rápida aceleração.

Essa formação de uma teoria da historicidade da ciência, em virtude das noções que põe em jogo, como as de história perempta, história sancionada, tempo lógico, deu lugar a incompreensões de vários tipos das quais desejaríamos analisar apenas um, não apenas pelo fato de aparecer em autores que, confessadamente ou não, se socorrem de muitos conceitos desenvolvidos por Bachelard, mas, e sobretudo, por defenderem a idéia de que, em Bachelard, é possível, e segundo essa crítica até mesmo fatal, a distinção entre o discurso histórico, reduzido ao estatuto de uma “história do falso reconhecido”, e o discurso epistemológico, não histórico.

O texto de qual partimos é o de Fichant, já citado. Na sua segunda parte, a teoria da história recorrente bachelardiana é discutida com alguma profundidade. Partindo da distinção entre história sancionada e história perempta, o autor considera que, em virtude dessa própria distinção, o que se pode concluir da teoria de Bachelard é que “o passado só é autenticamente passado da ciência se for conservado como passado atual, como indício não histórico de um “para sempre”: um ato epistemológico é sempre atual. Não existe portanto história em sentido estrito, quer dizer, discurso sobre um passado reconhecido como tal, mas apenas obstá-

(65) Cf. *L'Activité Rationaliste de la Physique Contemporaine* - loc. cit., p. 26

(66) Idem, p. 24.

culos, erros, rasuras e retificações, o que já não é história da ciência, é história do falso reconhecido⁶⁷. Parece-nos que este texto consagra um equívoco a respeito da teoria do conhecimento científico bachelardiano. Distinguir entre história sancionada e história perempta não significa, cremos, que se considere como passado da ciência apenas seu passado atual. Tal concepção só é procedente se tomamos como ponto de referência uma concepção positivista do conhecimento científico, onde realmente uma história da ciência não é possível. Se partimos, porém, de uma epistemologia cujo primeiro axioma, conforme a formulação de Canguilhem⁶⁸, afirma o primado teórico do erro⁶⁹, ou seja de uma epistemologia na qual o erro jamais é considerado acidente, há que entender essas duas histórias como distintas, mas possuindo, cada uma delas, sentido nessa distinção mesma, tendo significado na relação que as estabelece como distintas; tanto que essas duas histórias não são escritas paralelamente e de uma vez para sempre: se o que fornece os eixos de valorização é a ciência atual, a história das ciências nunca é definitiva, nunca está terminada, mas deve sempre ser refeita, nisso acompanhando o dinamismo próprio do conhecimento do qual é história. E isto significa que é “preciso, incessantemente formar e reformar a dialética da história perempta e da história sancionada...”⁷⁰.

Acreditamos, pois, que a história das ciências é essa própria dialética (sempre a ser refeita), entre a história perempta e história sancionada, e que Bachelard quando fala de importância “de uma dialética histórica própria do pensamento científico”⁷¹, refere-se exatamente a essa história e a sua importância. E que, quando insiste na potência de distinção entre o positivo e o negativo que essa história permite, está se referindo ao valor pedagógico da história das ciências tal como a concebe, está demonstrando a necessária unidade entre sua teoria da ciência, da historicidade do conhecimento que ela produz, e de sua teoria da educação científica⁷².

(67) FICHANT, op. cit., p. 123.

(68) CANGUILHEM — *Sur une Épistémologie Concordataire* - reproduzido em *Le Métier du Sociologue*, Mouton, 1968, p. 120.

(69) “Não poderia haver verdade primeira. Não há senão erros primeiros”, idem, ibidem.

(70) BACHELARD — *L'Activité Rationaliste de la Physique Contemporaine* - loc. cit., p. 25.

(71) Idem, ibidem.

(72) Com efeito, como já foi apontado no capítulo anterior, a doutrina pedagógica de Bachelard funda-se em sua epistemologia. Em ambas, uma das noções fundamentais é a de obstáculo epistemológico, que aparece na primeira sob a forma de obstáculo pedagógico. Em ambas, há também uma identidade de pontos de partida: se o conhecimento científico não possui uma origem assinalável, se é sempre um recomeço, se é sempre a “reforma de uma ilusão”, a educação científica, por sua vez, deve sempre iniciar-se por uma “conversão intelectual” a primeira tarefa do educador não é ensinar, mas criticar e destruir conhecimentos já adquiridos (Cf. *La Formation de l'Esprit Scientifique* op. cit., especialmente cap. I): “não só na atividade científica viva, mas também, n- ensino da ciência a verdade só é atingida ao fim de uma polémica.”

A necessária unidade entre essas três teorias, a epistemológica, a da história das ciências e a educacional, é que pode dar conta do sentido e do verdadeiro alcance do pensamento bachelardiano, e evitar equívocos como o de Fichant, na interpretação de cada um desses “momentos” constitutivos. A história das ciências não nos leva a essa alternativa: ou o passado é o passado atual (portanto é um “para sempre” não histórico), ou é uma história que não é das ciências, mas apenas do falso reconhecido. Se a história das ciências tem uma importância epistemológica, se uma de suas funções é permitir a identificação do que é, para o pensamento científico vivo, um obstáculo, e portanto contribuir para o dinamismo crescente desse pensamento, e se tem uma importância pedagógica, isto significa que não é possível reparti-la em uma história das verdades e uma história dos erros. O que constitui obstáculo ao desenvolvimento da cultura científica não são apenas os erros, os desvios. A psicanálise do conhecimento objetivo desenvolvida por Bachelard demonstrou claramente que a própria razão pode obstaculizar o progresso da razão, que a cultura pode vir a se constituir em um entrave ao desenvolvimento da cultura; e que “certos conhecimentos mesmo justos detêm, muito cedo, pesquisas úteis”⁷³. Dessa forma, não é possível procurar interpretar a história das ciências bachelardianas de um modo positivista: se a ciência constitui, para sempre, um conhecimento acabado, que progride por um agregar-se de novas verdades, então apenas o erro constitui para ela um obstáculo (acidental); se, porém, a ciência é definida pela sua tensão de reformulação, se é definida como um conhecimento sempre ativo, aberto, não só o erro é obstáculo, mas também os conhecimentos bem-feitos, e por que bem feitos, supostos definitivos e fechados; para um conhecimento que visa, essencialmente o que possa contradizer o conhecido, o que se apresenta como definitivo é o maior obstáculo: no exemplo utilizado por Bachelard em *L'Activité Rationaliste de la Physique Contemporaine*, o da mecânica ondulatória, o que aparece como obstáculo maior não é um erro, mas “pensamentos bem feitos”, os pensamentos newtonianos e os pensamentos fresnelianos.

Em lugar dessa alternativa, cremos que é possível propor uma integração, entendendo a história das ciências como a própria dialética entre a história sancionada e a história perempta, pois só a partir dessa integração é que a interrogação bachelardiana: “a que nível do pensamento científico se faz a integração da história dos pensamentos na atividade científica?”⁷⁴, pode ter algum sentido. Distinguir, rigorosamente, entre o positivo e o negativo na história do pensamento científico significa constituir, de um lado, uma história científica tal como “deveria ser”⁷⁵, onde as idéias se apresentam em uma ordem racional tal que “sua enumeração pode ser comprimida em um lapso de tempo muito curto”⁷⁶, e cuja consequência maior é nos ensinar a pensar rápido e pensar claro, ou seja, pensar dinamicamente⁷⁷, e de outro lado, constituir uma história não dos erros, mas daquilo que

(73) *La Formation de l'Esprit Scientifique* - op cit., p. 17.

(74) Cf. *L'Activité Rationaliste de la Physique Contemporaine*, loc. cit., p. 22

(75) *Le Rationalisme Appliqué* - loc. cit., p. 96.

(76) Idem, *ibidem*.

(77) Idem, especialmente, pp. 97-101.

constitui obstáculo ao desenvolvimento da ciência. Mas, para responder aquela questão, e mais do que isto, para entendê-la, é necessário recuperar a dialética entre esse positivo e esse negativo, mostrando, através dela, porque a história tal qual deveria ser, não foi, ou seja, ao mesmo tempo, demonstrar que o desenvolvimento do pensamento científico se faz, de certa forma, contra esse mesmo pensamento (o que lhe é obstáculo não lhe é exterior), e que essa dinâmica objetiva se reproduz também subjetivamente, ou seja, que a pedagogia científica não pode partir de uma concepção do espírito enquanto um receptáculo vazio, mas que deve entender toda instrução como uma transformação, e nunca como uma iniciação. Vemos, pois, que é através da instância pedagógica que a integração da história na atividade científica se faz, mas há que entender rigorosamente a forma dessa integração: a história das ciências não deve funcionar como uma propedêutica, como uma preparação espiritual para a abordagem da ciência. Se a análise epistemológica e a história científica não se distinguem, é no ensino mesmo da ciência evoluída que a integração se faz. A história das ciências, juntamente com a análise epistemológica, é que possibilita, pedagogicamente, o acesso à ciência contemporânea em sua especificidade, eliminando a perspectiva continuista que quer, “do bom-senso... fazer sair lentamente, docemente, os rudimentos do saber científico”⁷⁸; possibilita, pois, a compreensão da historicidade específica do pensamento científico, que é o que dá conta, ao mesmo tempo, de sua forma de desenvolvimento; a ciência progride através de revoluções (reorganizações do conhecido), que são sínteses históricas transformadoras, isto é, sínteses históricas que não são historicamente preparadas. Por isto é que a história das ciências tem uma função pedagógica fundamental: serve à dinamização do espírito (não a sua erudição), mobilizando-o contra os obstáculos (sempre renascentes) e demonstrando-lhe que a ciência atual relaciona-se com seu passado pela descontinuidade mesma que a separa dele, e que, para seu futuro, ela nada mais é que a condição (necessária) de infinitas possibilidades.

Por fim, abordemos um outro ponto que nos permitirá o esclarecimento de mais uma característica da teoria da história das ciências de Bachelard. Como já foi apontado, a história das ciências não pode ser uma história empírica, uma coleção de biografias e de doutrinas. Ela deve ser, segundo a formulação de Canguilhem⁷⁹, “uma história das filiações conceituais”. A determinação dessas filiações se faz por recorrência, pois é “a partir das verdades que a ciência atual tornou mais claras e melhor coordenadas, que o passado da verdade aparece mais claramente progressivo enquanto passado mesmo”⁸⁰, e nesse trabalho dois problemas devem ser abordados e resolvidos. O primeiro deles diz respeito a necessidade de distinguir, rigorosamente, racionalização e recorrência. Ou seja, é imprescindível, quando desse trabalho de estabelecimento das filiações conceituais.

(78) Bachelard, *Le Matérialisme Rationnel*, loc. cit., p. 212.

(79) Canguilhem, *L'Histoire des Sciences dans l'Oeuvre Epistemologique de G. Bachelard*, loc. cit., p. 36.

(80) Bachelard, *L'Actualité de l'Histoire des Sciences*, loc. cit., p. 201.

dar o seu justo valor aos pensamentos passados; deve-se procurar não ver neles aquilo que não contém (senão para nós), atentando sempre para o fato que o que hoje sabemos pode nos levar a creditar ao passado mais do que lhe cabe, af procurando, indiscriminadamente, antecipações, precursores, pressentimentos⁸¹.

O segundo problema, ligado intimamente ao primeiro, respeita à determinação do ponto final das séries recorrentes que podem ser estabelecidas. Com efeito, se no estabelecimento das recorrências o que se visa é a constituição do passado da verdade, são as filiações conceituais, há que encontrar o princípio dessas filiações, o ponto em que esse passado começa “enquanto passado mesmo”, ou seja, enquanto passado da ciência. Esse ponto marca uma descontinuidade, pois assinala o momento em que uma ciência começa em descontinuidade com um conhecimento anterior. Identifica-se com o que se chama o momento do corte epistemológico. Aí se pode detetar, em toda sua clareza, a especificidade do pensamento bachelardiano: o momento em que uma ciência começa (ou mais exatamente recomeça, pois é, através da própria descontinuidade, uma reorganização de um conhecimento anterior), é o momento em que se inicia seu passado⁸². Portanto, não há um passado na ciência em que ela aparece em estado embrionário, preparatório, ou, mais exatamente, não existe senão a história das ciências sendo absurdo supor a possibilidade de uma pré-história da ciência. Aqui encontramos um “passado” expulso da ciência, aqui poderia haver uma história que não fosse uma história das ciências; mas se nos voltássemos para esse trabalho, teríamos que reconhecer que, em relação à ciência não estaríamos constituindo uma história, mas uma arqueologia ou uma genealogia⁸³. Isto que se situa para lá do corte epistemológico já não mantém nenhuma relação com a ciência⁸⁴, já não lhe pertence quer a título de antecipação, quer a título de preparação, porque “é inútil colocar

(81) Esse delicado trabalho de distinção entre uma adequada série de recorrências e uma abusiva racionalização não pode ser orientado por normas metodológicas codificáveis. Como o diz Bachelard no texto de sua conferência acima citada, “é necessário um verdadeiro tato para manejar as recorrências possíveis” (p. 202). Com isto procura demonstrar que é somente o conhecimento profundo da problemática atual de uma dada ciência que permite ao historiador o manejo adequado das recorrências, e não a obediência a um conjunto de normas e regras metodológicas.

(82) É sobretudo neste ponto que a análise (e mesmo a exposição) de Fichant nos parece injusta. A ciência alberga em si o seu passado, a sua história. E o que elimina como se verá na seqüência, o passado que “liquida” não é exatamente o seu passado mas o que dele radicalmente se distingue.

(83) “Uma arqueologia da ciência é uma empresa que tem um sentido, uma pré-história da ciência é um absurdo”, Canguilhem, *Sur une Épistemologie Concordataire* loc. cit. p. 120. A palavra utilizada por Bachelard é paleontologia, Cf. *L’Activité Rationaliste de la Physique Contemporaine*, p. 25.

(84) Essa afirmação, em todo seu vigor, é válida sobretudo, em relação aos estágios mais avançados da ciência. Quando se trata de uma ciência jovem ainda em constituição, é possível determinar uma vigorosa atuação desse pensamento ante-científico, mas sempre uma atuação enquanto obstáculo. Essa efetiva e vigorosa ação é um dos elementos que explicam a lentidão (relativa) dos progressos científicos iniciais. Quando se deixa porém esses primeiros estágios, verifica-se que a dinâmica do pensamento científico acelera-se cada vez mais, que a liquidação do “passado de erros” se faz cada vez mais rapidamente e a ação daqueles obstáculos, correlativamente tende para zero

um falso problema na origem de um verdadeiro problema..."⁸⁵. Quer dizer, estabelecer continuidades onde o que há são vigorosas descontinuidades, é desconhecer a característica fundamental do pensamento científico, um pensamento que parte em ruptura com o pensamento comum. Isto fazer é esquecer que "o pensamento científico repousa sobre um passado reformado", é insistir em elaborar uma "vã história"⁸⁶, cujas conseqüências são nocivas para a compreensão da ciência.

Vê-se, pois, que a ruptura epistemológica é um conceito fundamental em uma história das ciências, mas de uma forma muito específica: pois, há que notar que, à análise histórica concreta, o conceito da ruptura epistemológica se apresenta dado apenas em suas características formais, a determinação das rupturas concretas sendo ela própria um resultado da análise histórica que se empreende. Ou seja, o estabelecimento dos "pontos" de ruptura não determina o campo onde se executam as recorrências, mas são estas que permitem a detecção dos pontos de ruptura. O que é uma forma muito diversa daquela segundo a qual alguns autores a entendem e estimam sua importância.

III

Bachelard, em suas diversas obras⁸⁷, procurou demonstrar a especificidade do conhecimento científico em relação ao conhecimento comum, bem como procurou mostrar que o conhecimento científico é caracterizado pela descontinuidade, ou seja, que sua evolução se faz através de constantes reorganizações do conhecimento. A descontinuidade entre conhecimento comum e conhecimento científico é o efeito de uma ruptura epistemológica que, no entanto, não se consuma de uma vez para sempre. Com efeito, a ruptura epistemológica e, em seu princípio, algo que decorre da configuração teórica dada historicamente ou seja, da problemática teórica dominante.

Porém, se definimos essa problemática teórica como uma "conjuntura ideológica", a ruptura, que marca a descontinuidade entre esse tipo de conhecimento e o conhecimento científico, não se consuma, de uma vez para sempre, no momento histórico mesmo em que ela ocorre. Detetar, historicamente, o momento de uma ruptura, é menos apontar o momento em que surge uma ciência, que o ponto a partir do qual uma dada ciência tornou-se possível. A ruptura só se consuma na medida em que essa possibilidade se atualiza: "As ciências físicas e químicas, em

(85) BACHELARD *Le Matérialisme Rationnel* - loc. cit., p. 104/105.

(86) *idem*, p. 103.

(87) Cf. espec. os cap. homônimos *Conhecimento Comum e Conhecimento Científico*, em *Le Rationalisme Appliqué* e em *Le Matérialisme Rationnel*.

seu desenvolvimento contemporâneo, podem ser caracterizadas epistemologicamente como domínios de pensamento que rompem nitidamente, com o conhecimento vulgar”⁸⁸.

Dessa forma, a ruptura epistemológica não deve ser identificada de imediato e apenas com um ponto originário a partir do qual uma ciência começa. Ou seja, não é suficiente procurar detetar esse ponto “de não retorno” para afirmar a existência concreta de uma ciência; a nosso ver, tal procedimento constitui uma exata inversão do caminho indicado pela proposta bachelardiana: a deteção desse ponto de não-retorno não adquire sentido a não ser que o desenvolvimento posterior (no tempo) daquilo que se inicia nesse momento permita colocá-lo como o princípio desse próprio desenvolvimento⁸⁹. Não há sentido em determinar uma ruptura epistemológica para uma ciência que ainda é do reino do possível: não há que esquecer que a ruptura epistemológica é uma categoria de uma epistemologia histórica e que, portanto, só pode ser estruturada, constituída, rigorosamente no quadro de uma análise histórica do desenvolvimento teórico de uma dada ciência⁹⁰. Desse modo, cremos que é preciso acatar com reservas a definição de ruptura epistemológica como um conceito aplicável a qualquer domínio científico regional, uma vez que sua adequada utilização requer uma análise do desenvolvimento histórico da ciência em questão. Não é a utilização desse conceito que permite demarcar um campo teórico (científico), mas sim o desenvolvimento de uma história epistemológica é que permitirá quando possível delimitar e situar a ruptura. Parece-nos, pois, claro que no que respeita a uma dada ciência particular, a ruptura é o momento primeiro da história dessa ciência, mas que pode ser situado apenas depois que se traça a história recorrente dessa mesma ciência.

É exatamente nesse aspecto – fundamental – que não tocam os autores que se valem do conceito de ruptura epistemológica. Sobre ele recai o silêncio, as reticências fazem sua vez, para que o conceito sirva a novos fins. Esse aspecto – exatamente sua omissão – constitui o ponto nevrálgico das análises althusse-

(88) Bachelard, *Le Rationalisme Appliqué*, op. cit., p. 101, cf. também Serres, cit. por Can guilhem, op. cit., p. 38: “Uma ciência chegada a maturidade é uma ciência que cons mou, inteiramente, a ruptura entre seu estado arcaico e seu estado atual.”

(89) Assim, é preciso não tomar in abstracto a definição de corte epistemológico avançada por F. Regnault: “o ponto ‘sem regresso’ a partir do qual... (a) ciência começa (ci tado por Pécheux e Balibar, in Pécheux e Fichant, *Sobre a História das Ciências* loc cit., p. 11), pois do contrário arriscaríamos transformar tais conceitos em meros elemen tos de uma “doutrina da ciência” que se aplicaria, mecanicamente, a qualquer domínio científico que delimitássemos com a intenção de demonstrar sua cientificidade.

(90) A contra prova disto: sendo a ruptura epistemológica indiscernivelmente, uma cate goria histórica e epistemológica e pois, uma das principais categorias da história (epis temologica) das ciências, ela impede, segundo Bachelard a aplicação do esquema dessa história a ciências muito jovens, ou a ciências ainda em formação. Cf. especialmente o artigo: O Problema Filosófico dos Métodos Científicos, in *L’Engagement Rationaliste* bem como, na mesma coletânea, A Atualidade da História das Ciências.

rianas, nas quais a não referência a sua maior influência é, ironicamente, a maior justiça a Bachelard, em virtude da própria forma de manipulação de suas teorias. Isto porque quando Althusser nos afirma que, da mesma forma que Galileu abriu o “continente da física”, Marx abriu o da história, ele procede exatamente ao contrário do autor no qual fundamenta a teoria do conhecimento científico que utiliza. O papel “fundador” desempenhado por Galileu lhe é atribuído, exatamente pelo futuro da ciência que “fundou”, é por recorrência que vemos em Galileu a primeira figura de uma dada ciência. É porque essa ciência teve um futuro que Galileu inaugura seu passado. Ou seja, é através de nosso presente científico que podemos ver, na obra galileana, a emergência de algo radicalmente novo, o que quer dizer, algo que, pela sua transparência racional para nós, pela sua inteligibilidade pela ciência atual, fez-nos não mais compreender aquilo que o antecedeu, torna para nós ininteligíveis os discursos que o precederam. No que respeita a Marx, as coisas parecem ocorrer ao contrário: é na sua própria obra, é a partir de uma análise imane de Marx que a especificidade de seu pensamento se destaca, que ele aparece em nítida ruptura com o “universo de pensamento” que o antecedeu. Ora a questão se complica na medida em que essa especificidade é identificada com uma cientificidade: o que marca e distingue o pensamento de Marx e o fato de ele ter, através de suas obras, inaugurado o conhecimento científico da história. Então, o grave problema, que na verdade Althusser não soluciona, é o da definição e da demonstração dessa cientificidade. Isto só seria possível se a “ciência da história” possuísse um futuro, mas é exatamente esse futuro que Althusser e seu grupo negam existir. Com efeito, não vêm nas ciências humanas, em seu estágio atual um conjunto de conhecimentos científicos que fariam corpo com as primeiras produções científicas nesse campo, devidas a Marx, isto porque existe um elemento que “desempenha o papel de obstáculo ideológico em relação ao desenvolvimento da ciência das formações sociais; trata-se do conjunto mais ou menos teoricamente articulado das “ciências sociais”, que se colocam no lugar do processo que, de direito, teria podido se produzir e que têm, maciçamente, reprimido (grifo meu), pode-se dizer, com efeito que a fase (de reprodução metódica) do objeto da ciência das formações sociais não teve lugar no sentido estritamente científico do termo, e isto devido a imensa repressão da cientificidade do materialismo histórico que se exerceu sobre ele do ‘exterior’ sempre, e, demasiado frequentemente, do ‘interior’. Assim, pouco a pouco, constitui-se um arsenal teórico-prático de meios tecnológicos, que se deram por finalidade responder a uma ‘demanda’ que emana da formação social existente e que visa a lhe adaptar-readaptar as relações sociais reais. O conjunto desses meios teóricos e práticos constitui, em seu conjunto uma ‘matéria-prima’ ideológica que pode e deve ser teoricamente transformada⁹¹”.

Althusser se vê obrigado a recusar no que respeita a Marx no momento mesmo em que o expressamente aceita para as ciências em geral, uma das idéias fundamentais da epistemologia em que se baseia: primeiro “a prática teórica é para

(91) Herbert, Th – *Remarques pour une Théorie Générale des Ideologies* - in Cahiers Pour L'Analyse, nº 9, p. 75, 76

si mesma seu próprio critério, contém em si protocolos definidos de validação da qualidade de seu produto, isto é, os critérios da cientificidade dos produtos da prática científica. As coisas não se passam de outro modo na prática real das ciências: uma vez que estão *verdadeiramente constituídas e desenvolvidas* (grifo meu), não têm nenhuma necessidade da verificação de práticas exteriores para declarar 'verdadeiros', isto é, conhecimentos, os conhecimentos que produzem", ...ao menos para as (ciências) *mais desenvolvidas* (grifo meu), e nas regiões de conhecimento, que dominam de maneira satisfatória, fornecem, elas mesmas, o critério da validade de seus conhecimentos..."⁹²; segundo, e sem nenhuma transição: "Devemos dizer o mesmo da ciência que nos interessa especialmente: o materialismo histórico... não é a prática histórica ulterior que pode dar ao conhecimento que Marx produziu, seus títulos de conhecimento: o critério da 'verdade' dos conhecimentos produzidos pela prática de Marx é fornecido em sua própria prática teórica, isto é pelo valor demonstrativo, pelos títulos de cientificidade das formas que asseguram a produção desses conhecimentos"⁹³. A contradição nos parece flagrante e dispensa maiores comentários. Cremos que sua existência se deve a intenção de aplicar, mecanicamente, a noção de ruptura que estamos analisando, e o grande problema colocado pelas análises de Althusser (sem dúvida, interessantíssimas de muitos pontos de vista), daí decorre: como definir, contemporaneamente a sua emergência, a cientificidade de uma determinada prática teórica (recusando ao mesmo tempo o recurso a critérios empiristas ou pragmatistas) se a teoria dessa cientificidade é um produto característico do futuro (possível) dessa prática teórica nascente? Recusar isto é mergulhar a ciência no mais profundo dogmatismo, o da verdade dada para sempre, e restringir a atividade científica ao mero comentário desta verdade.

Consideramos, pois, que utilizar a categoria de ruptura epistemológica divorciada de uma análise histórica implica em transformá-la em um simples preceito epistemológico que serve, menos para marcar o princípio de uma ciência que para indicar a especificidade do conhecimento científico em relação ao conhecimento comum. Deparamos, em outro autor, com um duplo uso dessa categoria, cujas conseqüências são muito diferentes entre si. Por exemplo, tomemos a citação seguinte: "pelo fato que a fronteira entre o saber comum e a ciência é, em sociologia, mais indecisa que alhures, a necessidade da ruptura epistemológica se impõe com uma urgência particular"⁹⁴. Nesse contexto, a categoria de ruptura é utilizada fora do quadro de uma análise histórica. Faz-se necessário operar uma ruptura entre o conhecimento comum e o conhecimento científico em sociologia pois que a cientificidade do segundo é (ou parece ser) efeito dessa ruptura. Entretanto, a ruptura é apenas postulada: é preciso operá-la para que, enfim, a sociologia torne-se uma ciência (que ainda não é). Dessa forma, aqui, a ruptura é apenas um requisito epistemológico que uma disciplina deve atender para que seja possível

(92) Althusser, L. - *Lire le Capital* - Petit Colle. Maspero nouv. éd. 1968 vol. I pp. 71 73

(93) Idem, *ibidem*.

(94) Bourdieu e outros - *Le Métier du Sociologue* - loc. cit., p. 103.

classificá-la como “científica” Porém, os mesmos autores, na parte de sua obra referente aos textos de ilustração, reúnem um conjunto de textos que “ilustram” a ruptura em sociologia. Portanto, ao que tudo indica, esses autores consideram a ruptura pelo menos “em curso”, sendo a tarefa atual dos sociólogos a consumação dessa mesma ruptura. Ora, se assim é, parece-nos que um problema fundamental é escamoteado por Bourdieu e seus colaboradores: não é discutida a razão fundamental que lhes permitiria reunir, nessa parte, textos e autores tão díspares quanto Bachelard e Wittgenstein, quanto Weber e Marx. Não nos referimos, por suposto, a uma acusação de ecletismo. Nossa objeção é, segundo pensamos, mais profunda. O que desejaríamos é que esses autores nos demonstrassem qual a razão que lhes permite definir um campo teórico homogêneo onde se situariam as obras concretas dos autores que citam. O que surpreende no livro de Bourdieu é a inexistência de uma discussão básica, a da própria disciplina para cuja epistemologia pretendem colaborar. A sociologia, aí, é tomada como uma ciência dada, como a ciência que por existir de fato nos quadros das organizações universitárias é julgada existir de direito, também.

Disso, decorre que a ruptura é, num só movimento localizada (em sua emergência) e postulada (em seu acabamento), ao mesmo tempo em que uma análise histórica da ciência de que se trata é elidida. Mas, a consequência negativa disto logo aparece: a substituição de uma teoria da ciência a uma teoria da ciência sociológica (que é o efeito específico de uma utilização in abstracto de categorias como a da ruptura) invalida o projeto dos autores que ora abordamos. Pois, se não investigamos o estatuto epistemológico dessa disciplina — a sociologia — não dispomos de uma teoria que nos permita demonstrar sua cientificidade, e assim, não temos condição objetivas para reunir autores tão diversos entre si como os anteriormente citados; caímos, na verdade, em um ecletismo, mas a crítica, frize-se não e dirigida ao ecletismo como ecletismo: o ecletismo é aqui uma consequência da inexistência de um campo teórico homogêneo. Somente se Bourdieu nos proporcionasse uma teoria geral da ciência sociológica e, através dessa teoria, nos demonstrasse que, na sociologia, existe um processo acumulativo de conhecimentos (científicos), sua reunião de textos teria algum sentido. Mas, não a fazendo, ou seja, não desenvolvendo uma análise histórico-epistemológica dessa disciplina, o que ocorre é que nada nos impede de continuar a focar tais textos como pertencentes antes a diferentes “tradições doutrinárias” que a um mesmo “corpo teórico”⁹⁵.

(95) É a existência de um corpo teórico homogêneo um dos elementos básicos para a caracterização de uma dada disciplina como científica (não esquecendo, sem dúvida, que essa existência é ela própria um efeito). Distinguir, rigorosamente “tradição doutrinária” de “corpo teórico” é fundamental para eliminar certas críticas que são dirigidas a noção de “consenso científico”. Muitos autores, que explicitamente negam serem empiristas, combatem essa noção, crendo que é possível decidir da verdade ou da falsidade de uma teoria científica, através de uma imediata referência experimental, e que a aceitabilidade dessa teoria pela comunidade científica não depende a favor de sua veracidade. Esquecem, entretanto, que a referência experimental nem sempre é imediatamente realizável e, o que é mais importante, o consenso científico é um consenso teórico.

IV

Jean Pouillon, em *Problemas du Structuralisme*, dizia que o que a moda tem de mais exasperante é que, ao criticá-la, de certo modo a aceitamos. Talvez isto valha para o momento mais agudo da difusão polêmica da moda. Este passado, a moda continua a exasperar, porém de outro modo: por aquilo através do que se perpetua sob a disfarçada forma do outro que ela. Agora que tudo – ou quase – passou, em que nem mesmo as “auto-críticas” (ainda que benevolentes), conseguem criar qualquer agitação, a moda persiste, em seus subprodutos, sejam eles um autor, uma obra, ou mesmo, como foi o caso, a organização das disciplinas de um departamento. A etiqueta que fazia a mercadoria, sem dúvida desapareceu; ou antes, repartiu-se em rótulos que continuam a identificar aqueles subprodutos. Nesse sentido pé que, talvez, seja compreensível que nisso tudo se toque, ainda que de passagem. Pois, o que se pretende é, menos lembrar esses “anos loucos” marcados por adesões muito rápidas e muito definitivas, que colaborar para deslocar, um pouco que seja, a rotulação que hoje marca uma obra que foi sobretudo um constante interrogar-se a si própria, uma permanente retomada de suas próprias respostas, e um autor⁹⁶, que em *La Terre et les Rêveries du Repos*, assim sintetizou a essência de sua própria prática: “tenho a melancólica impressão de ter aprendido, escrevendo, como deveria ler. Tendo tudo lido, desejaria tudo reler.”

(96) Autor de cuja obra se percebe melhor o próprio sentido nas poucas paginas de *Janus Bifrons*, de G. G. Granger (Nueva Corrente, 64, 1974), que nas “leituras sintomáticas” de D. Lecourt